

A EXPANSÃO DA CANA PARA A AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL E AS IMPLICAÇÕES NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

EXPANSIÓN DE LA CAÑA DE AZÚCAR DA SUR DE LA AMAZONÍA OCCIDENTAL Y LA INCIDENCIA EN LA PRODUCCIÓN DE ALIMENTOS

Cleilton Sampaio de Farias

cleiltosampaio@yahoo.com.br

RESUMO: O avanço do plantio da cana-de-açúcar não encontra limite geográfico, chegando ao Cerrado e recentemente na Amazônia. A sua expansão segundo Oliveira (2005) leva a redução da produção de alimentos para o mercado interno, repercutindo na perda da segurança alimentar e da soberania alimentar. Assim, neste trabalho abordamos o avanço do agronegócio sucroalcooleiro em direção à Amazônia Sul Ocidental através da territorialização da Agroindústria Álcool Verde no município de Capixaba, estado do Acre. Para isso, enfatizamos a importância da soberania alimentar e descrevemos algumas das principais características dessa dinâmica, tais como: a territorialização do agronegócio, a reordenação espacial produtiva compreendendo os cenários para a expansão da cana nas áreas agrícolas e pecuárias e a expansão da cana-de-açúcar e a redução da área dos alimentos. Esse trabalho se justifica no fato de que qualquer ação que implique na redução da área plantada e da consequente quantidade colhida e disponibilizada de alimento (agricultura e pecuária) deve ser cuidadosamente repensada para não agravar a insegurança alimentar.

Palavras-Chave: Territorialização, agronegócio sucroalcooleiro, soberania alimentar, Amazônia Sul Ocidental, reordenação espacial produtiva

RESUMEN: El avance de la siembra de caña de azúcar es sin límite geográfico, alcanzando el Cerrado ya Amazonía recientemente. Su expansión según conduce a la reducción de la producción de alimentos para el mercado interno, o que resulta en la pérdida de la seguridad alimentaria y la soberanía alimentaria. Por lo tanto, este trabajo es el avance del agronegocio de la caña hacia la Amazonia a través de la territorialización de la agroindustria Álcool Verde S/A en la ciudad de Capixaba, Acre. Para ello, hacemos hincapié en la importancia de la soberanía alimentaria y describimos algunas características clave de esta dinámica, como la territorialización de la agroindustria, incluyendo escenarios de producción reordenación del espacio para la expansión de la caña de azúcar y la ganadería en las zonas agrícolas y la expansión de la caña de azúcar y reduciendo el área de alimentos. Este trabajo se justifica por el hecho de que cualquier acción que implica una reducción de la superficie plantada y cosechada y la cantidad resultante de la disponibilidad de alimentos (agricultura y ganadería) se deberá reconsiderar cuidadosamente de no agravar la inseguridad alimentaria.

Palabras-clave: territorialidad, la agroindustria de caña de azúcar, soberania alimentaria, el suroeste de Amazonas, la reordenación del espacio productivo

*Este artigo é parte da pesquisa “A territorialização da Agroindústria Álcool Verde e a Questão Agrária no município de Capixaba/AC” que desenvolvemos no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFAC/2011.

**Mestre em Desenvolvimento Regional pela UFAC, Professor do IFAC campus Cruzeiro do Sul, Membro do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) – UNESP / Presidente Prudente.

INTRODUÇÃO

O debate sobre o uso da cana-de-açúcar para a produção de combustível renovável (biocombustível) encontra-se altamente ampliado, de um lado “positivo” pela oportunidade da proposta de alternativa a matriz energética fossilista, com o caráter da disponibilidade renovável e com menos probabilidades de degradação ambiental, ou pelo lado “negativo” a partir da expansão da área da cana-de-açúcar em desfavor da produção de grãos essenciais para a alimentação.

O biocombustível surgiu como alternativa “sustentável” para a substituição de combustíveis fósseis não renováveis e poluentes. Consiste em um combustível renovável obtido através da biomassa de vegetais como a cana-de-açúcar. Diante do nível elevado das cotações do petróleo no mercado internacional, a expectativa é que aumente a produção e o consumo do álcool combustível (anidro e hidratado).

Segundo Bourne Jr. (2007), a preferência pelo etanol da cana-de-açúcar como combustível, está no fato de ser considerado por muitos como um combustível limpo, tendo em vista que a produção e a queima do álcool de cana geram cerca de 55% a 90% menos dióxido de carbono do que no caso da gasolina, e

sua produtividade ser duas vezes superior à do etanol proveniente do milho.

Contrapondo esses benefícios que a produção do álcool pode gerar encontram-se os efeitos negativos da expansão desenfreada da cana sobre a produção da agricultura e pecuária. Oliveira (2008) vê a expansão da produção da cana como um prejuízo para a produção de alimentos, pois a área plantada da cana-de-açúcar já ocupa a quase totalidade dos solos férteis existentes no estado de São Paulo, onde se concentra mais de 50% do total. “Tomando-se os municípios que tiveram a expansão de mais de 500 hectares de cana no período, verifica-se que, neles, ocorreu a redução de 261 mil hectares de feijão e 340 mil de arroz” (OLIVEIRA, 2008).

Com o argumento de Oliveira (2008) podemos constatar que o avanço do plantio da cana-de-açúcar não encontra limite geográfico, chegando ao Cerrado e recentemente na Amazônia. A sua expansão segundo Oliveira (2005) leva a redução da produção de alimentos para o mercado interno, repercutindo na perda da segurança alimentar e de soberania alimentar.

Embora a expansão esteja mais concentrada em São Paulo, já o está também no Paraná, em Mato Grosso do Sul, no Triângulo Mineiro, em Goiás e em Mato Grosso. Nesses Estados, reduziu-se a área de produção de alimentos e se

deslocou a pecuária na direção da Amazônia, resultando, conseqüentemente em desmatamento. Por isso, a expansão dos agrocombustíveis continuará a gerar a redução da produção de alimentos (OLIVEIRA, 2008).

Além disso, os produtos dessa nova dinâmica de reordenação espacial produtiva sinalizarão para mudanças na questão da renda da terra nos arredores das usinas, para a diminuição da oferta de carne bovina nos mercados internos, e por fim, para uma nova investida da pecuária na floresta através do desmatamento para a retomada da espacialização perdida para a cana.

Assim, neste trabalho trataremos dessa questão na Amazônia Sul Ocidental¹ - especificamente no estado do Acre onde territorializou-se a Agroindústria Alcool Verde S/A - procurando identificar na atualidade o aumento concreto da área da cana-de-açúcar em relação à diminuição da área de alguns grãos como feijão, arroz e milho. Além disso, também compararemos na análise a área de mandioca que é uma lavoura muito importante na região e a da pecuária que é uma das áreas mais visadas para o plantio de cana-de-açúcar.

¹ Refere-se a uma “sub-região” que corresponde ao estado do Acre, sul e sudoeste do Amazonas e o estado de Rondônia. Trata-se de uma área em que os processos de ocupação estiveram ligados a economia da borracha natural (SILVA, 2003, p. 52).

A IMPORTÂNCIA DA SOBERANIA ALIMENTAR

Segundo Thomaz Jr (2006, p. 105) a soberania alimentar foi uma formulação dos embates patrocinados pela Via Campesina por volta do ano de 1996, momento em que se discutiam novas alternativas para a produção de alimentos num ambiente marcado pela fome e pobreza. Seus parâmetros são: a produção, a distribuição e o consumo de alimentos com base na sustentabilidade ambiental, social e econômica, que sejam protegidos dos acordos comerciais, respeitados a cultura, os hábitos alimentares e o abastecimento dos mercados locais de acordo com a demanda.

A luta pela soberania alimentar tem sido proposta principalmente por movimentos sociais ligados ao cultivo da terra, justificados por ser quem realmente produzem: os pequenos agricultores, camponeses, sem terra, trabalhadores rurais assalariados, povos indígenas, pescadores artesanais, juventude rural.

Entretanto, para que os ideais da soberania alimentar sejam realmente reconhecidos e efetivamente aplicados, se faz necessária uma revisão da questão agrária do Brasil com algumas modificações especificamente na estrutura fundiária, desconcentrando-a com a devida reforma agrária. Essas considerações são

bastante pertinentes, tendo em vista que, o espaço para quem verdadeiramente produz é pequeno e limitado, enquanto que o espaço destinado à especulação encontra-se ampliado.

Nesse processo de produção de alimentos para quem necessita e por quem realmente produz, liga-se o cultivo da terra pela identidade camponesa a produção de alimentos com qualidade e quantidade necessária. Pressupõe o fortalecimento do sentido que a terra tem para o pequeno produtor, ao sentido de pertencimento a causa da soberania alimentar.

Para se ter idéia, quando enfocamos a produção brasileira com base nos dados do IBGE, no agronegócio encontra-se concentrada a maior parte das terras. No entanto, não é o que mais produz. São as pequenas e médias propriedades que produzem a maior parte dos produtos e das criações, sendo também as principais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno. “Os dados apresentados pelo IBGE no ano de 1995 demonstram que: as pequenas e médias propriedades juntas foram responsáveis por 78,2% da produção de bovinos neste ano” (SOUZA; CONCEIÇÃO, 2008, p. 114).

Por esses dados, podemos compreender por que a soberania alimentar é uma bandeira de luta das classes trabalhadoras que buscam a reforma agrária. Enquanto o agronegócio

está referenciado na monocultura, nas grandes extensões de terra, nas práticas predatórias dos recursos naturais e de uso intensivo de substâncias químicas e sementes geneticamente modificadas, o modelo da soberania alimentar contrapõe-se e defende uma mistura de práticas de conhecimento tradicional e agricultura sustentável de base ecológica.

Nesse sentido, a insegurança alimentar é produto do processo que privilegia as maiores quantidades de terra para a produção de grãos como a soja, o milho, e de outras culturas como a cana-de-açúcar para a produção do etanol, e da pecuária para a exportação, em contrapartida, os produtos como o trigo, o arroz o feijão serão insuficientes para o consumo interno da população, isso resulta no aumento dos preços como o que ocorreu em 2007 onde o preço do leite subiu 40% e o do feijão 200% (SILVA, 2008, p. 78).

Dessa forma, qualquer ação que implique na redução da área plantada e da conseqüente quantidade colhida e disponibilizada de alimento (agricultura e pecuária) deve ser cuidadosamente repensada para não agravar a insegurança alimentar. Vários estudos têm abordado esse tema e concluído que a cana disputa espaço com a produção de alimentos e avança por suas terras, por isso apresentaremos alguns aspectos da territorialização da agroindústria Alcool

Verde S/A na Amazônia Sul Ocidental afirmando que esse problema ocorre na região.

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA ÁLCOOL VERDE S/A

O projeto sucroalcooleiro no Acre possui duas fases distintas e separadas por quase dezesseis anos. A primeira fase teve início em 1989 com a criação da Usina ALCOBRÁS (Álcool brasileiro S/A), vinculada ao PROALCOOL (Programa Nacional do Álcool) do governo federal, que visava minimizar as crises energéticas que assolou o Brasil na década de 70 do século XX. A segunda fase que predomina atualmente com a criação da Álcool Verde S/A no ano de 2005, assim como a primeira, também está ligada ao contexto nacional de produção e expansão dos biocombustíveis através do Plano Nacional de Agroenergia (PNA).

A agroindústria Alcobrás localizava-se na Fazenda Campo Grande, com a sede abrangendo uma área de 11 mil hectares, na zona rural do município de Capixaba. Há relatos de que só funcionou cerca de uma semana e depois faliu. Desde então, as terras e o que restou dos maquinários foram abandonados, ficando expostos aos efeitos do tempo e de vândalos. O projeto

foi financiado com recursos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) via Banco do Brasil. Estes benefícios estatais visavam fortalecer a nação contra a dependência pelo petróleo estrangeiro, através da criação e consolidação da matriz energética baseado na alternativa do álcool como combustível.

Após o fracasso da ALCOBRÁS, do montante dos gastos públicos e dos prejuízos ao meio ambiente causados pela formação do projeto, agora diferentemente do primeiro projeto em que um empresário com posse de financiamento público tentou produzir álcool no Acre. O governo estadual com ajuda do governo federal retoma o projeto, com um novo paradigma a ser considerado, que diferentemente de muitas partes do Brasil em que esse tipo de agronegócio é desenvolvido, neste território o empreendimento segundo o discurso governamental deverá ser “verde”, ou seja, no plantio, na produção e distribuição do álcool, haverá equidade social, respeito ao meio ambiente e eficiência econômica (ACRE, 2006, p.77).

O discurso do governo justifica o investimento aplicado na aquisição da agroindústria afirmando que o papel deste é (Álcool Verde S/A) desenvolver o local com a intensificação da agricultura nas áreas já desmatadas, permitindo viabilizar tanto a geração de emprego e renda para as

populações rurais, quanto o abastecimento dos mercados urbanos, além de contribuir para reduzir as pressões de desmatamento no Estado do Acre. Para eles, a agroindústria deverá assumir grande importância econômica, social e ambiental nos próximos anos. “Como esta é uma cultura intensiva no uso de insumos e mão-de-obra, a tendência é que ela venha ocupar áreas capoeiras e de pastagens em degradação localizadas a distâncias de até 50 km da agroindústria” (ACRE, 2006, p. 156).

Durante a intermediação para a compra da antiga usina (Alcobrás) e a formação da “Álcool Verde” alguns agentes políticos tiveram papéis relevantes que merecem ser enfocados. Dentre eles está o governador da época Jorge Viana, o senador Tião Viana e o senador Sibá Machado. Assim, após algumas conversas, e definidos os rumos, procedeu-se a repartição das atribuições entre ambos: Tião Viana ficou com a negociação com o Banco do Brasil (antigo proprietário), Sibá Machado a de encontrar um empresário que pudesse dar a segurança de que o empreendimento tinha condições, viabilidades efetivamente de funcionar e, Jorge Viana a de comprar a agroindústria, ou seja, de viabilizar perante a Assembléia Legislativa uma lei que autorizasse o executivo a destinar recursos para a compra (SIBÁ, 2009).

A autorização para que o governo comprasse o que restara de bens da usina junto ao Banco do Brasil pela quantia de dois milhões e setecentos mil reais, foi concedida pela Assembléia Legislativa através da lei N° 1.636 de trinta de março de 2005 (ACRE, 2005), aprovada por unanimidade entre os 24 deputados estaduais. Por força dessa lei o poder executivo estadual iniciou o processo de territorialização do pólo agroindustrial para produção de açúcar e álcool no município de Capixaba, a “Álcool Verde”.

Quando enfocamos o processo de territorialização pretendemos nos referir à ação exercida por um ator para dominação e apropriação de porções do espaço concreto ou abstrato. “Como processo de apropriação e controle, a territorialização se inscreve sempre num campo de poder, não apenas no sentido de apropriação física, material, mas também imaterial e simbólica” (HAESBAERT, 1997, p. 40).

A territorialidade pode ser compreendida como um componente da totalidade do território, composta de três elementos: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

Com a compra o estado apropriou-se do espaço a ser dominado, então, faltava-lhe ainda a identidade espacial que somente lhe foi conferida com a parceria pública

privada firmada entre o governo e o Grupo Farias – tradicional grupo do setor sucroalcooleiro do Estado de Pernambuco – formando a nova territorialidade.

Após a adesão do Grupo Farias ao projeto (60% das ações) se juntaram também ao governo do estado (05% das ações) as empresas e pessoas físicas donas das cotas (25% das ações) e o Grupo Santa Elisa, da família Biaggi (10% das ações). Os 5% de ações provenientes do estado no projeto representa a propriedade do que se refere à Lei N° 1.636 de trinta de março de 2005, o pólo agroindustrial para produção de açúcar e álcool a “Álcool Verde”, que é apenas cedida ao agronegócio.

Para a formação do canavial da agroindústria no terceiro trimestre de 2007, a empresa já havia firmado 12 contratos de arrendamento, com aproximadamente 5.727,66 hectares formando uma área plantada de 1.800 hectares (RIMA 2008, p. 12).

No caso da Álcool Verde o arrendamento funciona da seguinte forma: o proprietário cede à área para o empreendimento (arrendatário), que por sua vez realiza o plantio como a irrigação e toda a logística que necessitar, e no final o rendeiro passa a ter uma participação em torno de 10% da receita líquida proveniente da colheita da área a cada ano aproveitável. Ou seja, ele tem uma proporção de 10% pelo fato de ter cedido

à área, ou o seu direito de produzir naquele espaço, para o plantio da cana (ELÂNIO, 2009).

Para a formação da área de plantio foram utilizadas quatorze variedades de cana-de-açúcar, obtidas do viveiro de mudas em uma área de 500 ha. As mudas (em talos) são provenientes da região Centro-Oeste, especialmente dos estados de Mato Grosso e Goiás (FERREIRA, 2006, p. 01).

Calcula-se que ao todo, incluindo o valor pago na compra da Alcobrás (2,7 milhões), o estado já tenha gasto cerca de R\$ 4.495.518,61 no projeto, sendo: R\$ 538.064,40 aplicados na consolidação e ampliação do complexo agroindustrial para produção de açúcar e álcool no Baixo Acre, integrado a Álcool Verde (ACRE, 2007) através dos Programas Estruturantes com Impactos na Economia, vinculados ao Planejamento Estratégico da gestão 2007 – 2010 e, R\$ 1.257.454,21 através do programa de Incentivo Tributário na Modalidade de Financiamento Direto ao Contribuinte (ACRE, 2010, p. 02).

Somando-se aos investimentos citados podemos mencionar vários incentivos que o estado oferece para o desenvolvimento do agronegócio, por exemplo: pela parte fiscal concede-se uma isenção de 95% do ICMS pelo período de 20 anos conforme entrevista com o gerente da Álcool Verde Elânio Pereira da Silva (2009). Nesse caso,

o estado não “gasta”, mas, também não arrecada. Dessa forma, o incentivo que beneficia o agronegócio prejudica a população que necessita das benfeitorias do estado que são proporcionadas com a arrecadação de As bases nas quais se assenta a territorialização da Álcool Verde S/A são apresentadas no Plano Diretor do empreendimento (RIMA, 2008, p. 12). O plano diretor expõe a quantidade de cana-de-açúcar a ser plantada, colhida, processada, e os produtos obtidos no final do processamento: álcool, açúcar e energia,

por anos, de 2005 (ano em que iniciou o projeto) a 2015 (ano em que todo o ciclo produtivo estará completo).

De acordo com o Plano Diretor a Álcool Verde já possuía 50 ha com cana

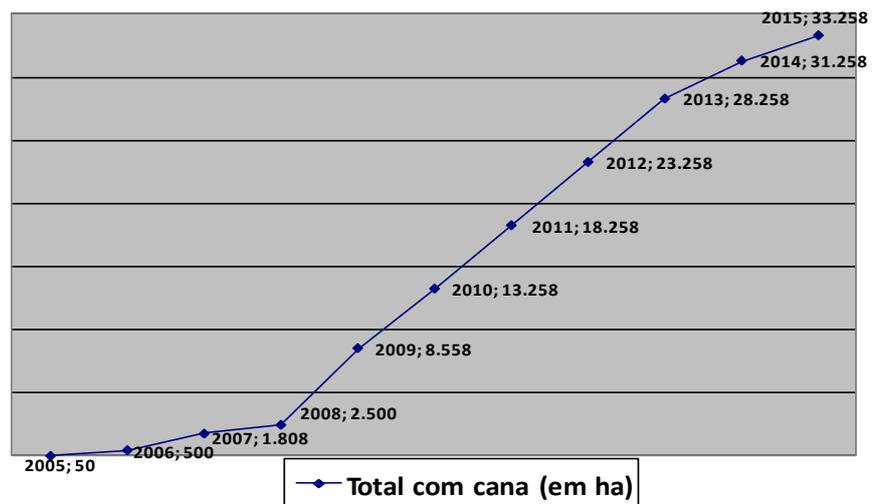
em 2005 provenientes de plantio. Em 2006 essa área foi ampliada para 500 ha, sendo 450 ha de plantio e 50 ha de cultivo. Em 2007 passou para 1.808 ha, destes 1.308 ha de plantio e 500 ha de cultivo. Em 2008 passou para 2.810 ha, sendo 2.500 ha de plantio e 310 ha de cultivo. Em 2009 passou para 8.850 ha, sendo 4.600 ha de cultivo e 4.258. No ano de 2010 possuía

13.858 ha, sendo 5.000 ha de plantio e 8.858 de cultivo. De 2010 a 2015 se prevê adição de 5.000 ha no plantio por ano, conforme gráfico 1.

Em relação à colheita o plano estabelecia que fosse iniciada no ano de 2009 em 3.958 ha com produtividade de 389.380 ton., no entanto, atrasou em um ano e só foi efetivada em meados de setembro de 2010 em valores ainda não divulgados.

Com relação aos trabalhadores da agroindústria, inicialmente, por volta do

GRÁFICO 1 - Quantidade de área com cana (ano/ha)



Fonte: RIMA (2008, p.12). Organização do autor

(RIMA, 2008, p. 12), a maioria em caráter temporário ocupados na formação do canavial. O trabalho empreendido nesta fase foi o mais árduo, pois foi preciso limpar toda a área e prepará-la para o plantio da cana. Como para esta atividade não foi exigido conhecimento técnico, mas

tão somente força para serviços gerais ou braçais, a mão-de-obra foi provida pela comunidade rural das imediações.

Em função da interrupção temporária das atividades em virtude de problemas no processo de licenciamento, no ano de 2009 a quantidade de empregados diminuiu bastante para somente 68 trabalhadores. A maior parte destes trabalhadores, 38 ou 55,88%, estavam empregados em funções na administração da Álcool Verde, recebiam remuneração acima de um salário mínimo em regime permanente regidos pela CLT.

Como requisito para o trabalho na administração da empresa foi exigido o conhecimento técnico ou experiência no setor sucroalcooleiro, como não foi encontrada mão-de-obra com esse perfil em decorrência da inexistência desta atividade na região então se buscou pessoas que se encaixasse nesse perfil em outras regiões onde o Grupo Farias possui usinas. Por isso, a origem da maioria dos trabalhadores da administração é de outros estados.

Em relação à escolaridade dos trabalhadores da administração, ficou claro que o mínimo aceitado era o ensino médio para as atividades auxiliares, e o superior ou tecnológico para as atividades técnicas como engenheiros, contadores etc.

Para conceituar o empregado permanente usamos como referencial a base do IBGE (2006, p. 29):

Empregado permanente – pessoa contratada para trabalhar de maneira regular e contínua em atividades do estabelecimento agropecuário, com, no mínimo, seis meses de contrato ou, se por menor período, foi contratada com esta característica. Não se considerou o administrador do estabelecimento agropecuário como empregado permanente, porque se o produtor fosse uma pessoa jurídica, ele seria considerado como o responsável pelo estabelecimento (IBGE, 2006, p. 29).

O restante desses trabalhadores, 30 ou 44,11% eram empregados temporários contratados especificamente para a limpeza do canavial pelo período de dois meses com remuneração de um salário mínimo. A maioria é proveniente da cidade de Senador Guimard e o restante dos Projetos de assentamento Alcobrás e Zaqueu Machado e possuíam entre 25 a 45 anos de idade.

Segundo IBGE (2006) o empregado temporário é:

[...] pessoa contratada para trabalhar no estabelecimento agropecuário uma ou mais vezes em tarefas temporárias ou eventuais, como destocamento, preparo da terra, plantio, colheita, limpeza de pasto, reforma de cercas, etc., sem a intermediação de terceiros. Não se considerou como empregados temporários do estabelecimento, as pessoas que foram levadas por terceiros (empreiteiros contratados

pelo produtor) para executar tarefas no estabelecimento (IBGE, 2006, p. 29).

Em relação à ocupação anterior, muitos já estavam ligados com o trabalho na terra, pois possuem lotes nos assentamentos ou moram com parentes que vivem da agricultura e/ou pecuária. No caso das mulheres, a maioria se ocupava no trabalho doméstico.

Em relação ao sexo dos trabalhadores temporários, na manutenção do canavial os homens eram maioria com: 26 ou 86,66. As mulheres estavam presentes na minoria: somente 04 ou 13,33%, a maioria para complementar a renda familiar.

A escolaridade dos trabalhadores temporários era muito baixa, alguns nunca foram à escola, mas a maioria passou pelo ensino fundamental. A interrupção do estudo para a maioria dos homens foi para trabalhar e ajudar no orçamento familiar, já as mulheres interromperam por motivo familiar às vezes ligado a maternidade.

Para esses trabalhadores as condições de trabalho nos canaviais não são nenhum pouco confortável. Os trabalhadores reclamaram da exposição às condições insalubres do clima no interior do canavial que nos dizeres dos entrevistados “parece um ‘forno’ de tão quente” que muitos se “sentem mal” sendo necessário consumir bastante água para agüentar. Além disso, há o perigo de ser atacado ou picado por alguma cobra ou outro animal peçonhento.

A jornada de trabalho variava de acordo com o tempo, se estivesse chovendo bastante o trabalhador era dispensado mais cedo, por não haver condição de executar as tarefas, fazendo a reposição do dia ou horas em outro momento propício. No geral, a jornada de trabalho era dividida em dois turnos de quatro horas totalizando as oito diárias, com duas horas de intervalo para a refeição. Os excessos de horas trabalhadas e as ausências eram balanceadas com “folga” ou reposição, sem que fosse necessário pagar pelas horas extras trabalhadas.

O percurso até a usina era feito por transporte coletivo terceirizado pela empresa somente para os trabalhadores provenientes da cidade de Senador Guimard. Os moradores dos assentamentos geralmente se deslocavam até a usina através de transporte próprio (moto ou bicicleta) ou com a ajuda de vizinhos. As condições do ônibus que transportava os trabalhadores eram razoáveis, dispondo de água para o consumo dos usuários, bancos e cintos de segurança reformados, atendendo as mínimas exigências da empresa no ato da contratação.

Este ônibus também servia de abrigo para os trabalhadores durante as refeições. No meio do canavial, ao lado do veículo tinha um suporte com uma lona que ao ser

suspensão dava origem a uma área sombreada. Na “sombra do ônibus” era montado o refeitório, distribuído algumas mesas e cadeiras onde os trabalhadores faziam suas refeições e descansavam.

As refeições como de costume nesse ramo de negócios são providas pelos próprios trabalhadores que trazem de suas casas o alimento pronto, condicionado em marmitas. Daí o nome “bóia-fria” em menção a alimentação dos trabalhadores produzidas durante as primeiras horas do dia em sua residência e consumida no período de intervalo do meio dia, já bastante fria.

Com o funcionamento da usina a tendência é aumentar o número de trabalhadores temporários para a colheita do canavial e para o replantio. Existia uma expectativa de na safra 2008/2009 à 2009/2010 de ocupar 720 pessoas na safra e 330 pessoas na entressafra, no entanto, isso não ocorreu. Na safra a mão de obra estaria dividida por: 40 pessoas na administração, 280 pessoas na indústria, 400 pessoas na parte agrícola.

Como a demanda por mão de obra é determinado pelo regime de operação do empreendimento e este ainda não está operando devidamente os dados referentes à quantidade de trabalhadores nos anos de 2008/2009 não se efetivaram em decorrência das interrupções que prejudicaram a reforma da usina e a colheita da cana-de-

açúcar, que determinou para a não realização da safra e entressafra de 2008/2009.

No entanto, no dia primeiro de setembro de 2010, ou seja, após cinco anos e seis meses de sua compra pelo governo do estado do Acre, depois de reformado a indústria e contratado os trabalhadores especializados para operá-la, a usina entrou em funcionamento e começou a produzir, ocupando 45 trabalhadores na administração, 290 na indústria e 400 na parte agrícola.

Depreende-se da análise anterior que os empregos gerados durante o funcionamento total da Álcool Verde 55,42% serão destinados a parte agrícola. Este percentual se refere aos empregos temporários providos com pessoas de origem acreana, provavelmente dos municípios de Capixaba, Senador Guiomar e dos assentamentos Zaqueu Machado e Alcobrás, com conhecimento tradicional agrícola, mas sem instrução técnica. Em sua maioria homens, subordinados às condições de trabalho desagradáveis, alimentados a base de “bóia-fria”.

Em segundo lugar, com 39,45% do total de empregos gerados está o setor industrial. Neste ramo estão os trabalhadores permanentes, provenientes de outros estados onde existe usina do Grupo Farias remanejados para a Álcool Verde, que possuem formação técnica e

experiência no setor sucroalcooleiro. Provavelmente esses trabalhadores serão bem remunerados, pelo fato de não existir mão-de-obra com esta capacidade no estado.

Em último lugar em relação à quantidade de empregos gerados está a administração, com somente 6,10% restante, neste ramo as condições de trabalho são bem melhores, nem se compara com o canavial. Por esse setor possuir uma obrigação estratégica, ou seja, de implantar e manter uma agroindústria para produção de álcool e açúcar na Amazônia, os critérios e exigências para a ocupação do cargo são mais rígidos, por isso a mão-de-obra foi exportada de outros estados onde existe usina do Grupo Farias remanejados para a Álcool Verde, que também possuem formação técnica e experiência no setor sucroalcooleiro. Provavelmente, esses trabalhadores serão os melhores remunerados pela obrigação e posição na empresa.

Os produtos a serem processados pela Álcool Verde estabelecidos no plano são o açúcar previsto para começar somente no ano de 2012 com 1.800.000 sacas, o álcool anidro previsto para 2010 com 40.976 m³, o álcool hidratado previsto para 2010 com 30.784 m³ e a co-geração de energia prevista para 2011 com 108.610 (Mwh). A produção de álcool realmente começou em 2010, no entanto, não foi divulgada a

quantidade produzida e nem disponibilizada para o comércio com a população.

Dessa forma, de acordo com o que está previsto no plano diretor todas as ações desde a implantação do plantio, colheita e até o processamento da cana para produção de álcool estão atrasadas. Este fato gerou prejuízos para a empresa que ainda não teve retorno dos investimentos e vê o canavial a cada dia envelhecer e, também, ao governo do estado que no prenúncio da eleição para sucessão governamental (2010) viu o agronegócio ainda improdutivo gerando um desconforto diante da população que ainda paga um alto valor (em comparação com outros estados) pelo litro de álcool.

Estas foram algumas das principais circunstâncias da territorialização da agroindústria Álcool Verde no município de Capixaba/AC. Diante disso, algumas questões nos preocupam, dentre elas, quais as implicações que esse processo acarretará nos assentamentos circunvizinhos e também na disponibilidade e formas de trabalho.

A REORDENAÇÃO ESPACIAL PRODUTIVA

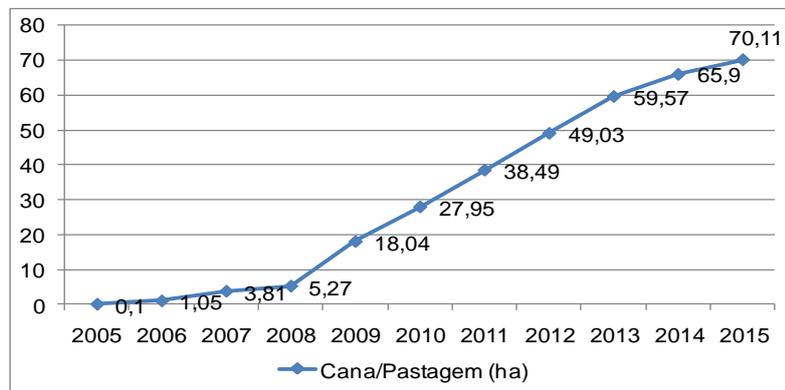
A territorialização da agroindústria mudou a lógica produtiva do local. Se por

um lado o espaço era caracterizado pela presença de grandes fazendas que possuem as pastagens para a alimentação bovina e pela marcante presença de pequenos imóveis rurais onde se desenvolve a agricultura camponesa diversificada, com a inserção da cana esta ordem mudou. A presença da cana em antigas fazendas já é bem perceptível pela imensa paisagem homogênea da monocultura que se expande pela BR 317. Além disso, pela oferta da renda ser alta e tentadora muitos agricultores estão deixando de produzir alimentos para plantar cana. Dessa forma, discutiremos a seguir algumas dessas dinâmicas e seus desdobramentos.

ha da terra disponível no município com cana.

Se levarmos em conta somente as áreas de pastagens disponíveis no município, que são as áreas preestabelecidas para o cultivo e a expansão da cana², veremos que a situação pode ser muito mais complicada. Analisando a utilização das terras dos estabelecimentos no município percebemos que as pastagens estão sendo desenvolvidas em 991 estabelecimentos, ocupando uma área de 47.432 ha. Dessa forma, se o plano diretor da agroindústria se concretizar até o ano de 2015 a agroindústria ocupará 70,11% das áreas de

**CENÁRIOS PARA A
EXPANSÃO DA
CANAS NAS ÁREAS
AGRÍCOLAS E
PECUÁRIAS**



Fazendo um cenário da quantidade de terra concentrada pela Álcool Verde S/A no ano de 2010 (5.726,66 ha) com a quantidade de terra disponível no município de Capixaba (145.439 ha) concluímos que o empreendimento concentra 3,9% da área disponível do município. A tendência é que esse percentual aumente até 2015 quando a Álcool Verde concentrará 22,8% ou 33.258

pastagens com cana-de-açúcar, conforme gráfico 02.

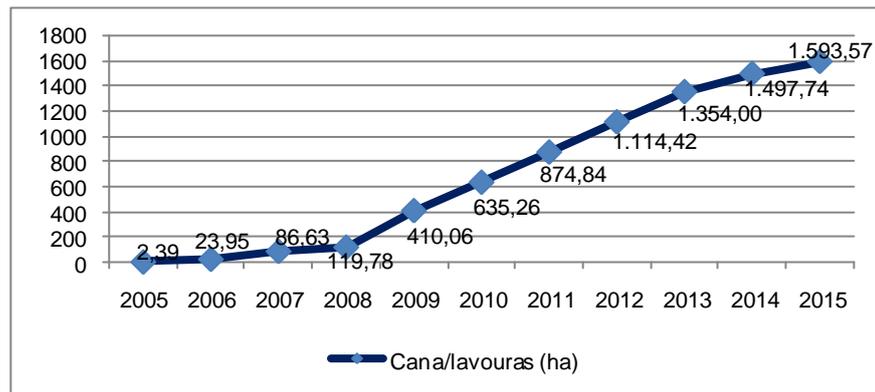
² Segundo ACRE (2006, p. 157) Com a reativação da agroindústria de processamento de cana-de-açúcar para produção de álcool e açúcar, a partir de 2005, esta cultura deveria assumir grande importância econômica, social e ambiental nos próximos anos, [...] a tendência é que ela venha ocupar áreas capoeiras e de pastagens em degradação localizadas a distâncias de até 50 km da agroindústria.

Na realidade a quantidade da área total disponível para o empreendimento deverá ser bem maior que esse valor que só representa a quantidade com cana, não levando em consideração outros aspectos. Em vista de tudo, o avanço do cultivo da cana-de-açúcar sobre as pastagens pode desencadear vários problemas nos aspectos

sociais, econômicos, espaciais e ambientais. Em primeiro lugar deve ser mencionado que a pecuária

fornece a base de vários alimentos para a população, como a própria carne bovina que é um alimento indispensável para muitos, ou o leite de que deriva vários produtos, sem mencionar o couro que é a base para o setor de vestuário e calçados. Além disso, em relação à adição de terras para expansão do cultivo da cana pode concentrar ainda mais a terra com o agronegócio, excluindo outras pessoas do usufruto da terra. Sem contar que, não há como antecipar ou adivinhar qual será o comportamento da pecuária diante da diminuição da sua área, o provável é que haja nova investida na floresta para a formação de novos pastos, assim, o agronegócio não desmatará, mas, poderá influenciar no desmatamento.

O cenário pode ser mais trágico ainda se na análise utilizarmos os dados da expansão da Álcool Verde de 2005 (50 ha) até 2015 (33.258 hectares) na área destinada para as lavouras no município (2.087 hectares). Assim, no ano de 2005 tínhamos a implicação em somente 2,39 % da área das lavouras, já para o ano de 2008



a quantidade de área de cana ultrapassa a das lavouras com 119%. A tendência é que esse percentual aumente significativamente até chegar o ano de 2015 onde a área de cana será 1.593,57% da área das lavouras, conforme gráfico 03.

A EXPANSÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR E A REDUÇÃO DA ÁREA DOS ALIMENTOS

No item anterior fizemos cenários presente e futuro da área que o avanço da cana-de-açúcar pode ocupar e monopolizar em Capixaba, analisando as implicações nas áreas das pastagens e das lavouras. Nesta parte, trataremos a questão no

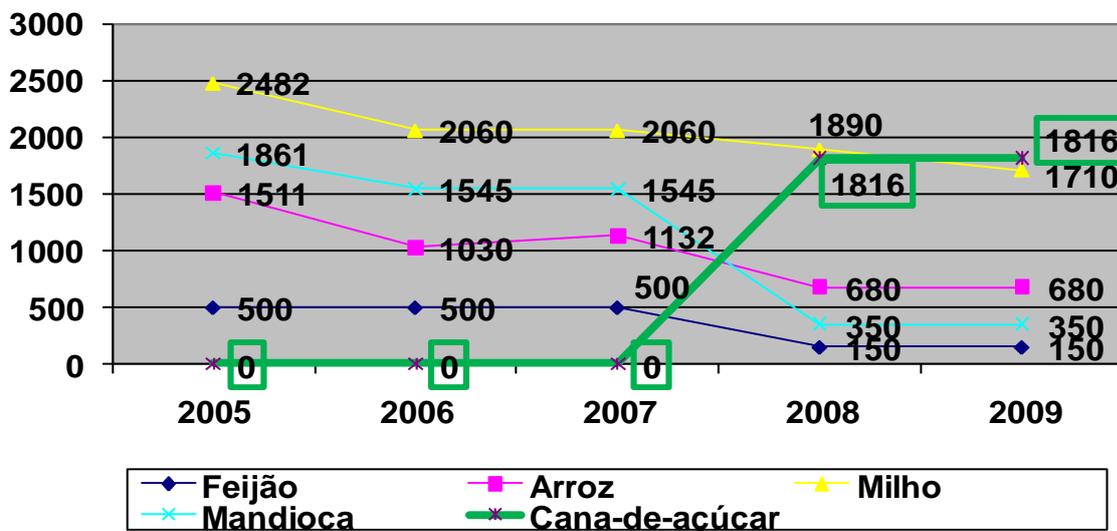
presente, procurando identificar na atualidade o aumento concreto da área da cana-de-açúcar em relação à diminuição da área de alguns grãos como feijão, arroz e milho. Além disso, também compararemos na análise a área de mandioca que é uma lavoura muito importante na região e a da pecuária que é uma das áreas mais visadas para o plantio de cana-de-açúcar.

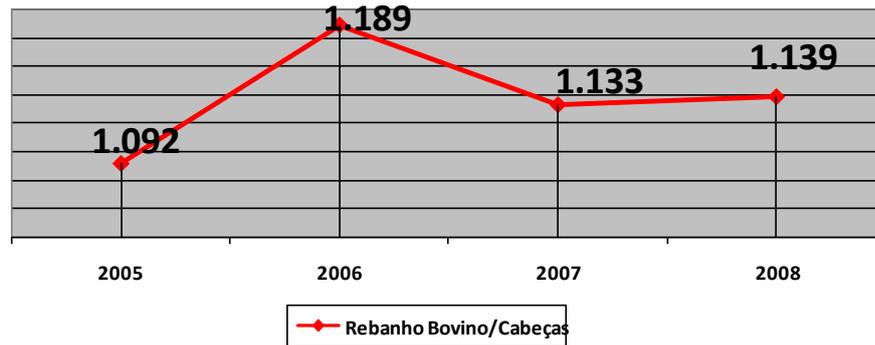
Baseando-se nos dados do SIDRA/IBGE (2010) constatamos que no município de Capixaba o plantio de cana também tem avançado reduzindo a produção de alimentos. A cana-de-açúcar que até então inexistia no município foi computada no ano de 2008 ocupando uma área de 1.816 ha, mantendo a mesma área em 2009, conforme gráfico 04.

Ao contrário, o feijão que desde o ano de 2005 ocupava 500 ha, no ano de 2008 baixou para 150 ha, perdendo 350 ha de plantio ou 70% da área que ocupava. O mesmo fato acontece com o arroz que no ano de 2007 ocupava 1.132 ha, no ano de 2008 passou para 680 ha, reduzindo 452 ha ou 40% da sua área. O plantio de milho, por sua vez, sofre várias reduções: no ano de 2005 possuía 2.482 ha de plantio, já no ano de 2006 diminuiu para 2.060, no ano de 2008 diminuiu para 1.890 e finalmente, no ano de 2009 acaba com 1.710, representando a diminuição de 772 ha ou 31% da sua área desde o ano de 2005. Já a mandioca, perdeu 1.195 ha, ou seja, 77% da sua área entre o ano de 2007 e 2008, restando apenas 350 ha de plantio.

Além disso, buscando as implicações do avanço da cana na pecuária através dos dados do rebanho bovino do município

GRÁFICO 4 - Comportamento da área plantada com as lavouras por ano





(SIDRA/IBGE, 2010) entre os anos de 2005 a 2009, concluímos que o plantio de cana-de-açúcar não tem acarretado prejuízo para pecuária, ao contrário, o rebanho bovino vem crescendo a cada ano (1.092 em 2005 para 1.139 em 2008), o que nos leva a acreditar que este não está perdendo área para a cana, ou se está perdendo, também está incorporando ao mesmo tempo uma quantidade de área superior à perda que lhe permite continuar aumentando o rebanho, conforme gráfico 05.

Portanto, percebe-se que enquanto a cana-de-açúcar está sendo implantada e expandida em Capixaba, está ocorrendo à diminuição do plantio de feijão, arroz, milho e mandioca. No entanto, já não podemos afirmar o mesmo em relação à pecuária, pois o rebanho bovino continua crescendo, como na região a forma de criação bovina é a extensiva, isso pode ocorrer com a expansão das pastagens sobre a floresta (desmatamento) ou com a incorporação de áreas dedicadas a

agricultura através da compra de sítios, colônias e outras formas de posse camponesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista disso, o avanço do cultivo da cana-de-açúcar sobre as pastagens e a lavouras pode desencadear vários problemas nos aspectos sociais, econômicos, espaciais e ambientais. Em primeiro lugar, deve ser mencionado que a pecuária fornece a base de vários alimentos para a população, como a própria carne bovina que é um alimento indispensável para muitos ou o leite de que deriva vários produtos, sem mencionar o couro que é a base para o setor de vestuário e calçados. Em segundo lugar, a redução da área das lavouras (feijão, arroz, milho e mandioca) pode influenciar na quantidade a ser plantada e conseqüente colhida. Dessa forma, essa redução implica diretamente na quantidade a ser disponibilizada para

comercialização, que, se por acaso, for menor que a procura os preços deverão ficar altíssimos. Além disso, em relação à adição de terras para expansão do cultivo da cana pode concentrar ainda mais a terra com o agronegócio, excluindo outras pessoas do usufruto da terra. Sem contar que não há como antecipar ou adivinhar qual será o comportamento da pecuária diante da diminuição da sua área, o provável é que haja nova investida na floresta para a formação de novos pastos.

Enfim, se a expansão mencionada no plano diretor da Álcool Verde ocorrer o município de Capixaba corre o sério risco de perder o restante de floresta que ainda há e se tornar um “mar de cana”³. Ao que tudo indica, essa expansão pode emancipar o estado da dependência da produção de álcool proveniente de outros estados, mas, provocará e intensificará a dependência da produção de alimentos.

REFERÊNCIAS

ACRE, Assembléia Legislativa do Estado do. **Lei Ordinária nº 1.636, de 30 de março de 2005**. Rio Branco, 30 de mar. de 2005. Disponível em: <<http://www.ccej.ac.gov.br/leisordinarias/2005/lei1636>>. Acesso em 07/11/2007.

_____. Governo do Estado do. **Programa Estadual de Zoneamento**

³ Cf. THOMAZ JÚNIOR (2007).

Ecológico-Econômico do Estado do Acre. Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

_____. Governo do Estado do Acre. **Planejamento Estratégico: Programas estruturantes com impacto na economia, gestão 2007 - 2010**. Rio Branco: 2007. Disponível em: www.ac.gov.br

_____. **Diário Oficial nº 10.402**. Rio Branco: 19 de outubro de 2010. Disponível em: www.diario.ac.gov.br. Acesso em 16 de novembro de 2010.

SIDRA. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. 2010. Acesso em 10/09/2010, disponível em www.ibge.com.br.

FERREIRA, Edmilson. Álcool Verde anuncia a fase de industrialização do Acre. **Jornal Página20**. Rio Branco, 04 de abril de 2006. Acesso em 12/08/2007. Disponível em: <http://www.jornalpagina20.com.br/especial/alcoolverdeanunciafaseindustrializacaoacre>.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. A Geografia Agrária e as Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2005, 5ª ed.

_____. **Agrocombustíveis e produção de alimentos**. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 23/04/2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RIMA. Relatório de Impacto ao Meio Ambiente. **Implantação de Unidade Industrial de açúcar e álcool no município de Capixaba, Acre**. Núcleo de Estudos de Planejamento e Uso da Terra (NEPUT). UFV, 2008.

SILVA, Maria Aparecida Moraes Silva. Produção de Alimentos e agrocombustíveis no Contexto da Nova Divisão Mundial do Trabalho. **Revista Pegada**. Vol. 9. N. 1. Junho 2008.

SOUZA, Suzane Tosta. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada** – vol. 09 n. 1, junho de 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Não há nada de novo sob o sol no mundo de *heróis!* (*A civilização da barbárie na agroindústria canavieira*). **Pegada**,

Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 5-26, dez 2007.

ENTREVISTAS E REUNIÕES (ESCRITAS E/OU GRAVADAS)

Elânio Pereira da Silva. Gerente administrativo e financeiro da Álcool Verde. Entrevista [abril. 2009]. Entrevistador: Cleilton Sampaio de Farias e José Alves. Rio Branco, 2009. 01 fita cassete (60 min), estéreo. Entrevista concedida para elaboração de dissertação de mestrado do entrevistador.

FARIAS, C. S. de. A expansão da cana para a Amazônia sul ocidental e as implicações na produção de alimentos. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/09FARIAS1102.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.